



# CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2013

Dispõe sobre a disponibilização de aparelhos celulares aos Vereadores da Câmara de Vereadores de Ivaiporã mediante modalidade de comodato e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores de Ivaiporã aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte

### RESOLUÇÃO:

**Art. 1º** A Câmara de Vereadores de Ivaiporã disponibilizará a cada um dos seus vereadores um aparelho celular.

**Parágrafo único:** O aparelho celular será fornecido mediante contratação de plano de telefonia móvel, preferencialmente pela modalidade de comodato de aparelhos celulares, obedecidas as disposições da lei 8.666/93.

**Art. 2º** O aparelho celular, fornecido mediante o termo de responsabilidade, deverá ser utilizado exclusivamente pelo vereador, durante o exercício do mandato, para o desempenho de atividades correlatas ao exercício da vereança.

**Parágrafo único:** A contratação do plano de telefonia móvel observará a disponibilização do histórico de ligações realizadas, cujos relatórios serão fornecidos, impressos e arquivados na Câmara de Vereadores de Ivaiporã.

**Art. 3º** Os vereadores terão direito a uma cota mensal global de até R\$ 1.000 (um mil) reais/mês.

**§1º** É vedada a contratação adicional e individual para os aparelhos celulares de planos e serviços fora do contratado entre a operadora de telefonia móvel e a Câmara de Vereadores de Ivaiporã.

**§2º** A utilização de minutos adicionais acima da cota estabelecida ficará sob o encargo dos vereadores, ficando autorizado o desconto do respectivo valor dos subsídios gozados no exercício da vereança pelo Departamento Econômico-Financeiro.



RECEBIDO(S) NESTA DATA

Protocolo N.º 651/2013  
Ivaiporã, 10 de maio de 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ

Lido em sessão realizada  
Em, 13 de maio de 13

Daniel

Luzia Arduinaria  
1ª e única assinatura  
Câmara de Vereadores

APROVADO

Em, 13 de 05 de 13

Ata(s) n.º 3058

Daniel

Dispensa de intimação  
pelos senhores Eder L. Bueno  
(aprovado unanimidade)







# CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

**Art. 4º** O Vereador fica obrigado, em relação ao aparelho celular recebido, a mantê-lo sob sua guarda e segurança e, em perfeitas condições de funcionamento, sem danos ao aparelho e nos demais acessórios.

§ 1º Em caso de danos ao aparelho e acessórios causados exclusivamente pelo mau uso do usuário, ficará a recuperação do aparelho ou acessório, ao encargo do usuário, sem ônus ao Legislativo.

§ 2º No caso de perda, furto ou roubo do aparelho celular ou de seus acessórios, o vereador deverá:

I - comunicar imediatamente ao Presidente da Câmara de Vereadores para providenciar, junto à Empresa de Telefonia Celular, o bloqueio provisório;

II - apresentar na Câmara de Vereadores, em até 24 (vinte e quatro) horas, o Boletim de Ocorrência Policial, para que seja remetido à Empresa de Telefonia Celular, para bloqueio das chamadas, como condição para a continuidade do bloqueio das ligações telefônicas;


III - se responsabilizar por todas as taxas e tarifas que incorrerem sobre o aparelho celular furtado ou roubado até o momento em que a Empresa seja comprovadamente comunicada a respeito do evento, pela Câmara de Vereadores e, no caso de perda, se responsabilizar também pela aquisição de um novo aparelho celular.

**Art. 5º.** Os aparelhos celulares deverão ser devolvidos no final do mandato ou quando houver afastamento do exercício da vereança, devendo, neste caso, ser disponibilizado ao suplente designado, durante o afastamento do titular do cargo.

**Art. 6º.** O vereador poderá, a qualquer momento, dispensar o uso do aparelho celular, devolvendo-o, mediante termo de entrega, à Câmara de Vereadores.

**Art. 7º** Esta Resolução de Mesa entra em vigor na data de sua publicação

Plenário Vereador Pedro Goedert, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

  
Edivaldo Aparecido Montanheri  
Vereador





# CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

## MENSAGEM JUSTIFICATIVA

### SENHORES VEREADORES

Trata-se de projeto de resolução que visa regulamentar a utilização de aparelhos celulares pelos vereadores, em consonância com as mais recentes interpretações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (acórdãos 228/06 1411/07, 971/09, em anexo).

A aquisição de aparelhos telefônicos celulares pelo Poder Público, para serem utilizados por servidores em serviço, está na esfera do poder discricionário do Administrador Público, devendo, contudo, ser realizado o devido processo licitatório, em obediência aos comandos insculpidos nos arts. 37, XXI, da *Constituição Federal*, e 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados as hipóteses de dispensa, legalmente previstas, devendo o órgão editar instrumento normativo a respeito do assunto, disciplinando o uso dos equipamentos por parte de seus servidores.

Conforme o entendimento firmado acerca do tema, as garantias de autonomia e de independência do Legislativo, autorizam para o desenvolvimento das atividades típicas dos vereadores e no exclusivo interesse da coletividade, o fornecimento e o custeio de telefones celulares, desde que, fielmente, observados os princípios da legalidade, moralidade, razoabilidade, economicidade e eficiência.

Neste sentido, o projeto de resolução logra êxito ao exigir o devido processo licitatório para a contratação do fornecimento de aparelhos celulares, limites e restrições para sua utilização e seu efetivo controle, com o acompanhamento das despesas e da destinação do serviço.

A aquisição de aparelhos telefônicos celulares por parte do Poder Legislativo para serem utilizados por Vereadores em serviço está na esfera do poder discricionário do Administrador Público, devendo, contudo, ser realizado o devido processo licitatório, em obediência aos comandos insculpidos nos art. 37, XXI, da *Constituição Federal* e arts. 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvadas as hipóteses de dispensa legalmente previstas.







# CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

## TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE

Declaro ter recebido o aparelho de celular marca \_\_\_\_\_, modelo \_\_\_\_\_, de número \_\_\_\_\_, IMEI \_\_\_\_\_ com os seguintes acessórios \_\_\_\_\_.

Declaro também que assumo inteira responsabilidade pela utilização do aparelho celular acima especificado, comprometendo-me, na forma do disposto da Resolução competente, a indenizar a Câmara Municipal de Ivaiporã em caso de dano, furto ou roubo, respondendo por toda e qualquer manutenção necessária ao mesmo.

Declaro ainda que me encarregarei de providenciar a devolução do aparelho celular no fim do mandato ou quando houver afastamento e que estarei ciente de que a Câmara Municipal poderá processar o cancelamento da linha telefônica tão logo uma das situações acima apontadas.

Ivaiporã, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Vereador





# CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

## TERMO DE ENTREGA

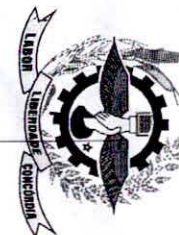
Declaro ter recebido do vereador(a) o aparelho de celular marca \_\_\_\_\_, modelo \_\_\_\_\_, de número \_\_\_\_\_, IMEI \_\_\_\_\_ com os seguintes acessórios \_\_\_\_\_.

Declaro ainda, em relação as condições de conservação e funcionamento do aparelho celular, que este encontra-se \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Ivaiporã, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Vereador





## RE: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2013

De: **Douglas Henrique Oliveira** (knacker\_kabalistic@hotmail.com) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quinta-feira, 9 de maio de 2013 21:55:35

Para: **Fabi .** (fabii\_oliveira@hotmail.com)

Em resposta a consulta realizada, posiciona-se pela viabilidade e legalidade do projeto de lei nos termos propostos, sobretudo pelo atendimento dos princípios da Administração Pública em consonância com o posicionamento firmado pelo Tribunal de Contas do Paraná (acórdão nº 228/06 e nº 1411/07 do Tribunal Pleno).

Atenciosamente

Douglas Henrique de Oliveira

Procurador Jurídico

---

From: fabii\_oliveira@hotmail.com  
To: knacker\_kabalistic@hotmail.com  
Subject: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2013  
Date: Thu, 9 May 2013 21:43:14 +0300

Douglas dá uma olhada fazendo um favor se está ok, preciso mandar pra comissão de legislação.



ESTADO DO PARANÁ

**CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ**



## ACÓRDÃO Nº 228/06 - Tribunal Pleno

PROCESSO Nº: 16321-4/05  
ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ  
ASSUNTO: CONSULTA  
RELATOR: CONSELHEIRO NESTOR BAPTISTA

*Ementa: A consulta formulada pelo Presidente da Câmara Municipal sobre possível fornecimento à custas dos recursos da Câmara de Telefonia Móvel Celular com cota mensal fixa a todos os VEREADORES para melhor desempenho de seus mandatos, mediante adesão ao Caderno de Cláusulas e Condições Contratuais TIM BUSINESS.*

### RELATÓRIO

A presente consulta encaminhada pelo Presidente da Câmara do Município é procedente em razão do status do consulente.

Quanto ao mérito a questão envolve a adesão de uma Entidade Pública a contrato mercantil pré-estabelecido sem as salvaguardas dos princípios da busca do melhor contrato para a administração pública mediante licitação, a falta de opção administração (exercício da vontade para contratar ou para rescindir a qualquer tempo), a presença de um limiar ético frágil na utilização dos aparelhos de Telefonia Móvel para fins particulares subsidiados pelo dinheiro público.

A consulta formulada, já instruída pelo PROCURADOR JURÍDICO do Município, revela o desejo de que a resposta deste TRIBUNAL supere as dificuldades acima mencionadas, que exigem praticamente três respostas objetivas.

A primeira versa sobre a possibilidade de a Câmara Municipal decidir incluir entre as suas despesas o custo operacional e de uso da Telefonia Celular de seus Vereadores. E a resposta é pela possibilidade desde que haja previsão legal autorizadora e recursos financeiros para o montante das despesas até o limite das verbas orçamentárias da Câmara segundo a LRF.

A segunda questão é sobre a modalidade contratual de ADESÃO, e obviamente, com dispensa de licitação para o oferecimento dos serviços. A





existência de várias concessionárias do serviço de telefonia móvel no Município consulente, retiram essa possibilidade, pois que deverá ser efetivada uma licitação pública ao propósito condicionando-se já no EDITAL ao limite do uso nas cotas de custo preestabelecidas uniformemente.

Precedente nesse sentido foi analisado pelo TCU que concluiu pela necessidade de licitação pública quando existentes várias concessionárias de TELEFONIA MÓVEL autorizadas pela ANATEL.

A terceira questão versa sobre o controle efetivo que a CÂMARA MUNICIPAL pode fazer sobre o que denominamos acima de limiar ético, sobre a utilização dos CELULARES, exclusivamente voltada para o interesse público identificado como melhor desempenho de seus mandatos. Entendemos que a Câmara não possui meios fáticos de efetivo de controle sobre a utilização porque os serviços são por si só, um universo eletrônico aberto de comunicação.

As vicissitudes do mau uso dos bens públicos na história recente nos obriga a dizer que o subsidiar a conta das comunicações por via de celular em uso é uma abertura de dispêndio sobre cuja atuação não há meios fáticos e práticos de garantia de que tal serviço gere benefício ou utilidade de interesse público. E, certamente, a licença do uso fora de horários, fora do espaço de influência e atuação da Câmara, será causa de desvio da destinação de recursos públicos, não condizente com o interesse público dos munícipes contribuintes, e causa de ressarcimentos sempre que ultrapassada a cota autorizada ou sempre que, por motivação judicial, houver quebra do sigilo das comunicações e identificadas as comunicações nefastas à causa pública.

A resposta acima formulada seguiu, *pari passu*, o PARECER N ° 333/05 da DCM que fora endossado sem acréscimos pelo MPEJTC através do PARECER 518/06.

**VISTOS, relatados e discutidos estes autos de CONSULTA protocolados sob nº 163214/05,**



## **ACORDAM**

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO, nos termos do voto do Relator, Conselheiro NESTOR BAPTISTA, por unanimidade em:

Responder a presente consulta formulada pela Câmara Municipal de Cambé ao propósito de serem oferecidos CELULARES aos edis, em tese para o melhor desempenho de seus mandatos, nos termos das condições e de alerta acima expostos pela possibilidade condicionada a licitação pública, limitada aos recursos da previsão legal e da LRF, e ao controle de uso exclusivo para a utilidade pública

Participaram da Sessão os Conselheiros NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, HENRIQUE NAIGEBORN e os Auditores ROBERTO MACEDO GUIMARÃES e CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.

Presente o Procurador-Geral junto a este Tribunal, GABRIEL GUY LÉGER.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2006 – Sessão nº 8

NESTOR BAPTISTA

Conselheiro Relator

HEINZ GEORG HERWIG

Presidente





## ACÓRDÃO Nº 1411/07 - Tribunal Pleno

PROCESSO N.º: 288790/07  
ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE IBEMA  
INTERESSADO: PAULO LUIZ PAUWELZ  
ASSUNTO: CONSULTA  
RELATOR: AUDITOR CLÁUDIO AUGUSTO CANHA

Ementa: Consulta. Utilização de aparelhos de telefonia móvel – celular – por parte dos parlamentares. Precedentes em âmbito do TCU. Restrições e limites ao uso. Atendimento aos limites legais e, sobretudo, aos princípios da moralidade, economicidade, finalidade e interesse público. Possibilidade.

### RELATÓRIO E PROPOSTA DE DECISÃO

Trata o presente protocolado de Consulta formulada pelo Legislativo do Município de Ibema, que indaga o seguinte:

- 1) “é possível a aquisição de aparelhos celulares e respectivas linhas pela Câmara Municipal de Ibema para uso dos vereadores no desempenho da função legislativa, dentro da legalidade?”;
- 2) “em sendo positiva a resposta à questão anterior, é possível a contratação de quotas de minutos pré-definidos por mês junto a operadora de telefonia celular para uso em qualquer horário pelos Vereadores, pagos pela Câmara Municipal de Ibema?”.

Houve prévia manifestação do setor técnico competente, e o consulente anexou cópia do Parecer do Setor Jurídico do Município, às fls. 4-8, opinando de forma afirmativa, observando que o uso de celulares é **necessário para melhorar o desempenho dos vereadores, podendo maximizar o exercício de suas funções e que a contratação de quotas de minutos previamente estabelecidos delimita as despesas sendo uma forma eficiente de fiscalizar o uso dos aparelhos.**



Ao tramitar por esta Corte, a Diretoria de Contas Municipais através do Parecer nº 23/07 responde ao primeiro questionamento afirmando que se pode entender pela legalidade na contratação direta de serviço de telefonia móvel celular em analogia ao caso da Câmara dos Deputados (**Decisão nº 1615/2002 – Plenário do TCU**).

Quanto à segunda indagação, a Diretoria entende que não há óbices legais a utilização da telefonia celular por parte do administrador quando objetivar auxiliar em seu labor, mas que devem existir parâmetros razoáveis específicos para a sua utilização, como **um limite determinado para os gastos e, não sendo permitida, sob hipótese alguma, o emprego do aparelho com interesses particulares, sob pena de ocorrer a caracterização de desvio de poder ou finalidade.**

O MPjTCPR, por sua vez, no Parecer nº 11152/2007, opina pela impossibilidade de aquisição de celulares, não vislumbrando interesse público no gasto com a manutenção de aparelhos celulares de uso dos Vereadores, já que não é presumida a compatibilidade entre a função legislativa com a necessidade do uso do aparelho para a sua execução. Observa que não é possível comparar a Câmara Municipal com a Câmara dos Deputados, que abrange discussões de interesse nacional com efeitos jurídicos em todo o território. Aduz que, quanto às Câmaras Legislativas Municipais, principalmente nos Municípios considerados pequenos, com a proximidade de sua localidade, não há necessidade de utilização de recursos públicos para esse fim, já que o Município deve ter outras prioridades, como educação e saúde.

A Coordenadoria de Jurisprudência e Biblioteca informa que sobre o assunto existe o Acórdão nº 228/06, em resposta à Consulta da Câmara Municipal de Cambé, processo nº 163214/06, pela possibilidade.

Acompanhando parcialmente a Instrução nº 23/07 da DCM, proponho resposta à consulta pela possibilidade da aquisição de aparelhos celulares pela Câmara Municipal, com as observações de que devem existir parâmetros razoáveis específicos para





a sua utilização, como um limite determinado para os gastos e, não sendo permitido, sob hipótese alguma, o emprego do aparelho com interesses particulares, sob pena de ocorrer a caracterização de desvio de poder ou finalidade. Resposta neste sentido também dada pelo Acórdão nº 228/06, em resposta a consulta formulada pela Câmara Municipal de Cambé.

Quanto à segunda questão - contratação de quotas de minutos pré-definidos por mês junto à operadora de telefonia celular para uso em qualquer horário pelos Vereadores -, proponho que a resposta deva ser remetida à análise de cada caso concreto, posto que a aceitabilidade de contratação nesses termos deva sopesar diversos outros aspectos, como, por exemplo, a existência de licitação e a cobertura do serviço na área do município.

**VISTOS, relatados e discutidos estes autos de CONSULTA protocolados sob nº 288790/07,**

### **ACORDAM**

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO, nos termos do voto do Relator, Auditor CLÁUDIO AUGUSTO CANHA, por delegação do Conselheiro HENRIQUE NAIGEBOREN, por unanimidade, em:

I- responder à Consulta formulada pela **CÂMARA MUNICIPAL DE IBEMA**, acompanhando parcialmente a Instrução nº 23/07 da Diretoria de Contas Municipais desta Corte de Contas, pela possibilidade de aquisição de aparelhos celulares pelo Legislativo da referida municipalidade, com as observações de que devem existir parâmetros razoáveis específicos para a sua utilização, como um limite determinado para os gastos e, não sendo permitido, sob hipótese alguma, o emprego do aparelho com interesses particulares, sob pena de ocorrer a caracterização de desvio de poder ou finalidade. Resposta neste sentido também dada pelo Acórdão nº 228/06, em resposta à Consulta formulada pela Câmara Municipal de Cambé; e

II- quanto à segunda questão da presente Consulta - *contratação de quotas de minutos pré-definidos por mês junto à operadora de telefonia celular para uso*



*em qualquer horário pelos Vereadores -*, a resposta deve ser remetida à análise de cada caso concreto, posto que a aceitabilidade de contratação nesses termos deve sopesar diversos outros aspectos, como, por exemplo, a existência de licitação e a cobertura do serviço na área do Município.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros HENRIQUE NAIGEBOREN, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, HEINZ GEORG HERWIG, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES e HERMAS EURIDES BRANDÃO.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ANGELA CASSIA COSTALDELLO.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007 – Sessão nº 36.

CLÁUDIO AUGUSTO CANHA  
Relator

NESTOR BAPTISTA  
Presidente







# CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2013

Dispõe sobre a disponibilização de aparelhos celulares aos Vereadores da Câmara de Vereadores de Ivaiporã mediante modalidade de comodato e dá outras providências.

### PARECER :

Os membros da Comissão acima mencionada, examinando em conjunto o referido Projeto de projeto de resolução que visa regulamentar a utilização de aparelhos celulares pelos vereadores, em consonância com as mais recentes interpretações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (acórdãos 228/06 1411/07, 971/09, em anexo), resolvem emitir parecer favorável pela sua aprovação.

Plenário Vereador Pedro Goedert, aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

  
Nadir Maciel

  
Ailton Stipp Kulcamp

  
Fernando Rodrigues Dorta

  
José Aparecido Péres

  
Sebastião Bonfim Matos

  
Fábio Rocha de Moraes

